

UNACON
Sindical
SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS
E TÉCNICOS DE FINANÇAS E CONTROLE

Finanças & Controle

ESPECIAL

Unacon assina Acordo Salarial

Confira a trajetória
de negociações
com o governo





Carta aos Filiados

Na última década, diversos membros da atual Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unacon Sindical participaram ativamente das campanhas salariais da carreira Finanças e Controle. Em 2006 não tivemos um grande avanço. Já em 2007, como sobreveio a crise econômica, as negociações foram frustradas, e o governo não concedeu reajustes. Porém, foram lançadas as bases para a luta do ano seguinte.

Em 2008 as coisas mudaram: fizemos uma grande mobilização, paralisações, inclusive com corte de ponto na STN. O saldo foi positivo. Depois de rejeitarmos duas propostas do governo, elevamos nosso patamar remuneratório em relação às demais carreiras de Estado. Para os Técnicos de Finanças e Controle (TFC), no entanto, não foi possível um avanço tão significativo na pauta financeira, nem mesmo conquistar o pleito já antigo do nível superior para ingresso no cargo.

Nas negociações de 2012, lideramos a mobilização e a luta das carreiras de Estado, conseguimos manter a correlação remuneratória conquistada em 2008 e, ao menos, minimizamos as perdas inflacionárias. Novamente, os TFC viram passar a oportunidade de conseguir o almejado nível superior.

Por fim, chegamos em 2015, com todas as dificuldades que mencionamos nas páginas seguintes. Apesar de tudo, a partir de uma deliberação precisa do Conselho de Delegados Sindicais de compensar os ganhos da área jurídica “por dentro” do subsídio, garantindo os mesmos ganhos aos aposentados, construímos uma proposta nessa linha, que levamos ao governo no dia 11 de dezembro, com resposta parcialmente favorável no dia 18: haveria compensação, mas diluída no prazo de implementação do reajuste.

Além da pauta financeira, fomos a carreira que mais avanços obteve nesta campanha, pois conseguimos alterar a nomenclatura dos cargos (agora Auditor Federal de Finanças e Controle e Técnico Federal de Finanças e Controle), obtivemos o tão esperado nível superior para ingresso no cargo de TFC e, ainda, definimos em lei as atribuições dos cargos, que estavam bastante defasadas.

Tudo isso nos habilita a um passo decisivo na história da carreira Finanças e Controle: consolidar nossa posição correlativa às demais carreiras de Estado. É claro que restam ajustes a serem feitos e a DEN não se furtará em buscar consensos nesse sentido. Porém, queremos registrar a firme convicção de que estamos no rumo certo, e com muita disposição e firmeza seguiremos em frente! ■

Brasília, 12 de fevereiro de 2016

Rudinei Marques
presidente do Unacon Sindical

Diretoria Executiva Nacional

Rudinei Marques

Presidente

Márcia Uchôa

Vice-Presidente

Daniel Lara

Secretário Executivo

Filipe Leão

Diretor de Finanças

Roberto Kodama

Diretor de Assuntos Jurídicos

Estevam Barbosa

Diretor de Filiados

Júlio Possas

Diretor de Comunicação Social

Conselho Fiscal Nacional

(Efetivos) João Wagney Pereira dos Santos - Laura
Márcia de Souza Lima Safi - Maria da Conceição
Geraldo (Suplentes) José Osmar Monte Rocha - Jari
Bellaver Monteiro

Conselho de Ética Nacional

Gilberto Ricardi

Delegados Sindicais do Distrito Federal

Aristides Costa - Arivaldo Pereira Sampaio -
Frederico Carlos Janz- Godofredo da Silva Neto
- José Marcos dos Santos - Manoel Messias de
Jesus - Patricia Gebrim - Zeles de Oliveira Flor

Delegados Sindicais nos Estados

Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE, Adalto Erdmann
de Almeida - PR, Adelson Vilhena Neves - AP,
Alex Gomes da Silva - AM, Ana Maria Balthar
Pinto Machado - RJ, André Gustavo de Medeiros
Simões - PB, Antônio Edilberto Araújo Barreto
- CE, Antônio José das Silva - RN, Antônio
Roberto da Silva - SC, Armando Gonçalves de
Carvalho - MA, Carlos Gil Lopes Rodrigues - RJ,
Carlos Renato Corrêa Leite - RS, Celso Duarte
de Sousa Junior - RR, Edilson Rodrigues Vidal -
AC, Euripedes Rodrigues de Andrade Filho - PI,
Ícaro de Almeida Fernandes - MT, Jaci Fernandes
Sobrinho - GO, Jefferson Medeiros dos Santos
- PA, Valério Jordão Barbosa - RO, Luiz Roberto
de Melo Machado - MS, Marcos Antonio Ferreira
Calixto - AL, Reonauto da Silva Souza Júnior -
SE, Romualdo Anselmo dos Santos - BA, Sergio
Takayuki Takibayashi - SP, Tiago Lopes Teixeira -
MG, Wander Francisco Coelho de Freitas - ES

Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical
Jornalista Responsável: Nayara Young (9.397/DF)
Estagiária: Juliana Martins
Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly
Fotos: Nayara Young, Juliana Martins e Aurélio Pereira
Tiragem: 3 mil

Unacon Sindical
CLN 110, Bloco C, Loja 69/79 - Brasília-DF
CEP: 70753-530
Fone: (61) 2107-5000
E-mail: unacon@unacon.org.br

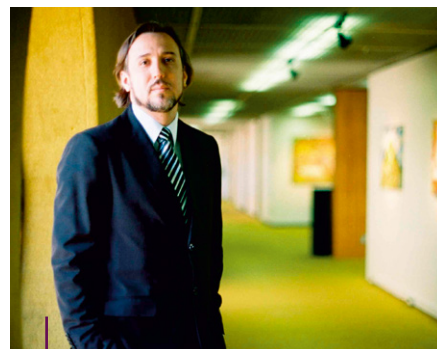
3 Carta ao Leitor

11 Anteprojeto

Acordo contempla
diretrizes do II
Conacon que tratam
da revitalização dos
cargos

5 Campanha Salarial

Unacon assina
Acordo Salarial



17 Exclusivo

"Isonomia entre
ativos e aposentados
foi defendida pelo
colegiado", revela Lara



18 Artigo

A paridade dos
aposentados





Unacon Sindical assina acordo salarial

Termo nº 25/2015 contempla índice de 27,9% em quatro anos, reajuste de benefícios e anteprojeto de transformação da carreira. Proposta foi aprovada com 89% dos votos, em AGE nacional

Fim da Campanha Salarial de 2015. A Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unacon Sindical assinou, no dia 22 de dezembro, o Termo nº 25/2015 com a Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEGRT/MPOG). O acordo prevê o reajuste salarial de 27,9% em quatro anos – 5,5% em 2016; 6,99% em 2017; 6,65% em 2018 e 6,31% em 2019 –, com a primeira parcela em agosto de 2016. O reajuste dos benefícios e as demais parcelas terão impacto sempre no mês de janeiro. O documento contempla, ainda, os principais eixos do anteprojeto de transformação da carreira Finanças e Controle. ■





A proposta de reajuste em quatro anos foi aprovada com 89% dos votos totais, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em todo o país. Também foram contabilizados, no resultado final, votos não presenciais.

Rudinei Marques, Márcia Uchôa e Júlio Possas, representaram o Sindicato na reunião com Sérgio Mendonça, SEGRT do Planejamento, em que se oficializou o fim da negociação salarial.

PRESSÃO

Uma semana antes, Filipe Leão e Uchôa insistiram no projeto de transformação da carreira, em reunião com Mendonça (foto acima). O resultado do trabalho de sensibilização teve efeito positivo. Enviada para o Sindicato na manhã do dia 21 de dezembro, a minuta do acordo contemplava os eixos do anteprojeto. A reunião entre Leão, Uchôa e Mendonça no dia 18

coroou o esforço conjunto entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para construir o consenso.

LINHA DO TEMPO

Confira, a seguir, a trajetória da articulação do Sindicato em defesa da reposição das perdas inflacionárias. A primeira reunião do Fórum Nacional das Entidades Nacionais do Serviço Público Federal (SPF) foi realizada no dia 1º de fevereiro.

Benefícios



Plano de Saúde

A Portaria nº 8 define os valores per capita conforme faixas de renda e de idade relativos à participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar dos servidores ativos, aposentados e dependentes (plano de saúde). O atual valor per capita médio passa de R\$ 117,78 para R\$ 145,00. Houve acréscimo de 22,62% em relação ao valor per capita médio do benefício. Foi usado no cálculo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) medido pelo IBGE nos últimos três anos.



Auxílio-creche

A Portaria nº 10 estabelece o valor máximo a ser pago ao benefício de Assistência Pré-Escolar, o chamado auxílio-creche, fixado em R\$ 321,00. O parâmetro seguido foi o valor mensal por aluno estimado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para a creche pública integral. O teto estipulado deverá ser observado em todas as unidades da Federação.



Auxílio-alimentação

A Portaria nº 11 determina o valor de R\$ 458,00 para o pagamento mensal do auxílio-alimentação. Houve acréscimo de 22,78% em relação ao valor anterior, de R\$ 373,00. Foi usado no cálculo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) medido pelo IBGE nos últimos três anos.

Percentual de aprovação da proposta em 4 anos

CGU DF - 97,6%

STN - 80,5%

ESTADOS - 87,3%

Os filiados que não compareceram às assembleias presenciais puderam votar remotamente. Somente foram considerados os votos enviados por meios que admitissem registro para conferência a posteriori.

fevereiro

1°

Reunião ampliada do Fórum Nacional das Entidades Nacionais do Serviço Público Federal (SPF) define os oito eixos da pauta conjunta. Destaque para o índice de reajuste linear de 27,3% para o ano de 2016



Unacon Sindical dá início à articulação da Campanha Salarial de 2015. Em reunião ampliada, dirigentes definem calendário de atividades para o segundo bimestre



2

24

Ciclo de Gestão e o Núcleo Financeiro definem calendário de mobilização



Lançamento da Campanha Salarial de 2015 do Fórum Nacional dos Servidores, em frente à sede do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em Brasília. Na ocasião, representantes das entidades tentam, sem sucesso, audiência com ministro Nelson Barbosa



25

março

9 e 10

Unacon Sindical realiza Assembleia Geral Extraordinária (AGE) na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e na Controladoria-Geral da União (CGU). Atividades marcam o início da mobilização da carreira de Finanças e Controle pela Campanha Salarial de 2015



Nas regionais, as Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) ratificam apoio à pauta unificada do Fórum Nacional dos Servidores



10 a 17

18

Declarações de Nelson Barbosa, então ministro do Planejamento, sobre as restrições orçamentárias não coíbem o movimento e os servidores encaminham pelo diálogo: "Queremos conversar"



20



Nelson Barbosa, então ministro do Planejamento, apresenta calendário de negociação salarial em reunião conjunta. Para imprensa, o presidente do Unacon Sindical afirma que acredita num consenso. "Esperamos chegar a um bom termo"

abril

23



Fórum Nacional dos Servidores abre a mesa de negociação tratando da pauta geral das carreiras. Sérgio Mendonça, SEGRT do ministério do Planejamento, reconhece as perdas inflacionárias dos servidores e sinaliza para uma proposta de reajuste plurianual

29

Unacon Sindical volta à mesa de negociação. Dessa vez, a convite da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB). No encontro, Sérgio Mendonça, SEGRT do ministério do Planejamento, repete o discurso feito ao Fórum Nacional dos Servidores, no dia 23



maio

7



Imprensa repercute indicativo de greve dos servidores públicos federais



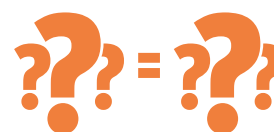
Unacon Sindical leva demandas da carreira à mesa de negociação. Realinhamento remuneratório das carreiras de Estado, reajuste emergencial das diárias e recomposição do quadro de pessoal estão entre as reivindicações

9

14



Na segunda reunião com o Fórum Nacional dos Servidores, ministério do Planejamento não apresenta propostas concretas. "Depois de duas semanas o governo diz somente que o assunto é complexo. Isso não basta", criticou Filipe Leão, diretor do Unacon Sindical



Unacon Sindical volta à mesa de negociação, novamente a convite da CSPB. Planejamento repete argumentos nada conclusivos

18

Linha do Tempo

maio

20



Dia Nacional de Mobilização ganha destaque na imprensa. Presidente do Unacon Sindical relata a insatisfação dos servidores diante da ausência de contrapropostas do governo à reportagem do Correio Braziliense

Comando Nacional de Mobilização do Unacon Sindical convoca "Dia Nacional de Mobilização" da carreira de Finanças e Controle para o dia 9 de junho



26

junho

9 e 10

Nos estados e no Distrito Federal, servidores reivindicam respeito na condução das negociações da Campanha Salarial 2015, no Dia Nacional de Mobilização



Ministério do Planejamento apresenta primeira contraproposta do governo ao pedido de reajuste linear entregue pelo Fórum Nacional dos Servidores. O índice de 21,3% dividido em quatro parcelas frustra expectativa dos servidores



17

Comando Nacional de Mobilização convoca segundo Dia Nacional de Mobilização da carreira de Finanças e Controle para o dia 7 de julho



25

julho

6 e 7

Em reunião com Sérgio Mendonça, SEGRT do ministério do Planejamento, servidores rejeitam os 21,3% e pedem reelaboração da proposta. "Aceitar a plurianualidade é subscrever novas perdas", considerou o presidente do Unacon Sindical

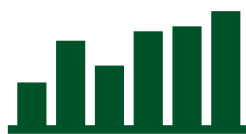


No segundo Dia Nacional de Mobilização, Analistas e Técnicos de Finanças e Controle analisam proposta de reajuste do governo e decidem pela manutenção do pleito de 27,3% para 2016



7

17



Ministério do Planejamento apresenta índices de reajuste de benefícios (plano de saúde e auxílios creche e alimentação) e a possibilidade de uma cláusula de revisão no acordo salarial, em 2017, caso a inflação supere as expectativas do governo



Unacon Sindical atualiza os servidores sobre o andamento da campanha salarial e apresenta os índices de reajuste de benefícios oferecidos pelo governo, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nacional

20

21

22



Em entrevista ao Correio Braziliense, o presidente do Unacon Sindical admite a possibilidade de reformulação do índice de reajuste pleiteado pelos servidores. "Podemos estudar números 'mais palatáveis' sem, no entanto, abrir mão da correção do poder aquisitivo

28



Ministério do Planejamento convoca entidades para nova rodada de negociação. Reunião termina sem resposta às pautas específicas apresentadas no início de maio. Governo mantém a plurianualidade e o índice de 21,3%

30



Fórum do SPF estuda a apresentação de um novo índice para contrapor a oferta do governo

agosto

20 a 26



Sem data para a retomada da negociação no ministério do Planejamento, o Unacon Sindical convoca Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para debater as expectativas para a reta final da campanha salarial. Insatisfação dos servidores com a proposta do governo é unânime

27

Unacon Sindical e Sinal analisam conjuntura econômica e fiscal do país. Na avaliação dos dirigentes, o cenário é adverso e exigirá sabedoria por parte das carreiras



28

Por meio do Ofício SEI nº 4.614/2015, o ministério do Planejamento mantém o percentual de 21,3% em quatro anos e os benefícios apresentados no dia 25 de junho. O documento foi encaminhado para o Unacon Sindical depois das 18h



31

Ministério do Planejamento anuncia, em reunião conjunta do Fórum do SPF, que o reajuste de 2016 já está no PLOA. Por ainda estar avaliando a flexibilização do período, governo prorroga prazo para o acordo final



setembro

1º

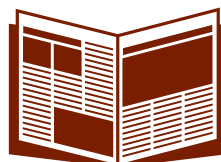
Unacon Sindical avalia proposta do governo, no DF. Além da proposta, dois outros encaminhamentos para o projeto de modernização da carreira foram votados



Regionais submeteram o índice mais recente do governo à apreciação dos servidores



1º a 4

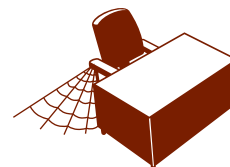


4

Ministério do Planejamento anuncia nova proposta do governo com previsão de 10,8% em dois anos. As tabelas serão reestruturadas considerando aumento de 10,8% em dois anos, nos seguintes percentuais: 5,5% em 2016; e 5,0% em 2017



"Falar em congelamento é guerra", declarou Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, à reportagem do Correio Braziliense. O possível congelamento do salário dos servidores motivou a matéria publicada na edição impressa do jornal diário

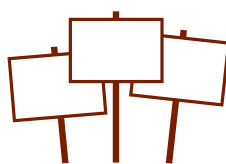


A "Pública - Central do Servidor" se manifesta contra os cortes orçamentários. Por meio de nota de repúdio, a nova central sindical critica a economia do governo por meio medidas que esvaziavam os quadros de servidores e acarretam a precarização dos serviços prestados à população

10

15

15



O jornal O Globo repercute indicativo de greve do Fórum do SPF. "O déficit é originário deste governo que está aí, por que temos que pagar a conta?", declarou Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, na condição de secretário-geral do Fonacate



17

Ao portal de notícias Carta Maior, Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, alerta para o risco do pacote de ajuste fiscal ampliar as terceirizações, permitindo contratações precarizadas até mesmo para as atividades-fim das empresas e órgãos públicos

17



Sindicato convoca Dia Nacional de Paralisação. Servidores de todo o país param para protestar contra o pacote de ajuste fiscal anunciado pelo governo. Nos estados, servidores fixam faixas de protesto em frente às regionais



A preocupação dos servidores com os cortes orçamentários estampa matéria do Correio Braziliense. Em nome do Fonacate, Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical disse que teme que o "pacote de maldades" não tenha chegado ao fim

23

outubro

23



Privilegio a Advogados federais abre polêmica. "O governo vai ter que pensar em uma metodologia para as demais carreiras. Ou cria uma compensação por resultado, ou eleva, nos mesmo percentuais, os subsídios", declarou Marques ao Correio Braziliense

outubro

30



Comando Nacional de Mobilização convoca segundo Dia Nacional de Mobilização da carreira de Finanças e Controle para o dia 7 de novembro

Sindicato convoca Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nacional para o dia 5 de novembro. Em pauta, informes sobre a campanha salarial.



novembro

5



Informes da campanha salarial e o anteprojeto de transformação da

carreira entram na pauta do primeiro dia de reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS). Fim de novembro, até então, era a data limite para assinatura do Termo de Acordo por todas as carreiras.

11



Servidores cobram o cumprimento da data prevista para o pagamento de reajuste. Possibilidade de novo adiamento da parcela, agendada para agosto de 2016, causa indignação. "Isso não é estratégia, é uma bagunça", reclamou Marques à edição impressa do Correio Braziliense

26



Conjuntura fiscal do país é tema de reunião no Piauí. Márcia Uchôa apresentou a trajetória da campanha salarial e esclareceu dúvidas sobre a mesa de negociação. Encontro reuniu 20 filiados no estado.

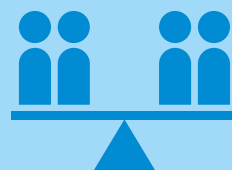
dezembro

7



Correio Braziliense destaca falta de sinalização do governo sobre reajuste. Segundo a reportagem, mais de 55,7 mil servidores ainda aguardavam definição da campanha salarial, até aquela data. O último comunicado oficial foi enviado no fim de agosto.

9



Sindicato cobra retomada efetiva da negociação à SEGRT do Planejamento e reitera pleito pelo tratamento isonômico entre as carreiras de Estado e pela inclusão do anteprojeto de transformação da carreira no acordo salarial. "Não iremos aceitar tratamento diferenciado em relação às carreiras jurídicas", afirmou Marques.

11



Congresso aprova Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Até então, a proposta de 10,8% em dois anos, assinada pela maioria das carreiras, não havia sido oficializada para o Unacon Sindical.

17

A SEGRT informou que levará as propostas do Sindicato ao conhecimento do governo, mas não definiu prazo para a decisão.



Sindicato convoca Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para o dia 22 de dezembro. Em pauta, apreciação das novas propostas do governo.

18



Planejamento apresenta novas propostas a Uchôa e Leão: 27,9% e 10,8% em quatro e dois anos, respectivamente. Ambas, sem cláusula revisional. Até então, revitalização da carreira ainda estava sem definição.



Unacon Sindical assina acordo salarial com índice de 27,9% em quatro anos e reajuste de benefícios. Para a DEN, mudança de Simão – ex-ministro da CGU – para o Planejamento facilitou a inclusão do anteprojeto de transformação da carreira no Termo nº 25/2015.

19



DEN encaminha pela aprovação da proposta em quatro anos. Orientação foi pautada na conjuntura política e econômica do país.



Proposta em quatro anos é aprovada com 89% dos votos. Nos estados, as delegacias sindicais tiveram até às 16h para enviar o resultado final das votações. Mesmo prazo que os filiados que não puderam comparecer às assembleias presenciais tiveram para votar remotamente.

22



Governo envia ao Congresso projetos de lei para reajuste dos servidores.

30

Acordo contempla diretrizes do II Conacon que tratam da revitalização dos cargos

Atualização das atribuições definidas pela portaria SEDAP 1067/1988 é pauta antiga. Surgimento de novas funções nos dois órgãos exigia as alterações, agora contempladas pelo PL nº 4.254/2015

O Unacon Sindical foi além da pauta salarial e defendeu a revitalização da carreira Finanças e Controle na Campanha Salarial de 2015. O resultado foi positivo: cinco das 42 diretrizes aprovadas em 2012, no II Conacon, foram contempladas no Termo de Acordo assinado com o governo. Ainda que com ressalvas, os principais eixos das diretrizes 25, 26, 27, 28 e 29 foram encaminhados para o Congresso Nacional no dia 30 de dezembro, no PL nº 4.254/2015.

A atualização das atribuições definidas pela portaria SEDAP 1.067/1988 é pauta antiga. "Desde que foi criada, em 1987, a carreira Finanças e Controle atua com base em uma portaria que já tem quase 30 anos. O artigo nº 22 da Lei 9.625/1998, de forma sumária, trata, em poucas linhas, apenas do cargo de Analista de Finanças e Controle (AFC)", recorda Rudinei Marques, presidente do Sindicato.

O acúmulo de novas funções como as de Ouvidoria e Correição, na Controladoria-Geral da União (CGU), e o gerenciamento dos títulos da Dívida Pública na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), levou à discussão da revitalização da carreira em 2012, na segunda edição do Congresso Nacional da carreira Finanças e Controle.

A partir daí a discussão evoluiu. Em cerca de três anos, CGU e STN convergiram em um anteprojeto de transformação da carreira, a partir das diretrizes aprovadas no II Conacon. O

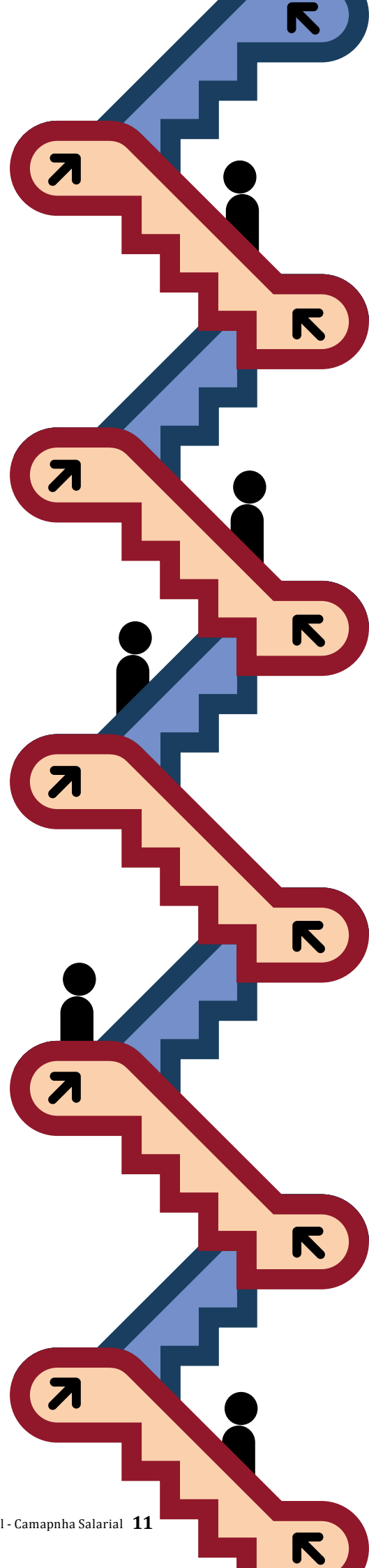
Unacon Sindical mediu os encontros desde a concepção até o encaminhamento ao ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Setoriais

Ainda na fase de construção do anteprojeto, o Sindicato identificou a possibilidade de o incluir na mesa de negociação da campanha salarial de 2015. "A iniciativa até encontrou algumas resistências. Mas a urgência da matéria transcendia às negativas", recorda Filipe Leão, diretor de finanças do Sindicato. Assim, o anteprojeto foi encaminhado à Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEGRT/MPOG) ao final da campanha salarial.

Além da reestruturação das defasadas atribuições, a proposta traz uma demanda antiga da carreira: a exigência de nível superior para ingresso no cargo de Técnico de Finanças e Controle (TFC) e, também, a alteração da nomenclatura dos cargos de Analista de Finanças e Controle (AFC) para Auditor Federal de Finanças e Controle (AFFC), e do Técnico de Finanças e Controle (TFC) para Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC).

A relatoria dos projetos será designada após a indicação dos presidentes das comissões da Câmara dos Deputados. Confira, a seguir, a trajetória completa do projeto de revitalização da carreira Finanças e Controle. ■





2012 7 de novembro

Servidores da carreira aprovam, durante a realização do II Conacon, as diretrizes nº25 a 29, que tratam da revitalização da carreira: nomenclatura dos cargos, nível superior para ingresso ao cargo de Técnico de Finanças e Controle (TFC) e redefinição das atribuições.

► 2012 7 de novembro

Servidores da carreira de Finanças e Controle aprovam, durante a realização do II Conacon, as diretrizes nº25 a 29, que tratam da revitalização da carreira: nomenclatura dos cargos, nível superior para ingresso ao cargo de Técnico de Finanças e Controle (TFC) e redefinição das atribuições.

► 2013 18 de abril

Diretoria Executiva Nacional (DEN) consulta os Analistas e Técnicos de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) sobre a mudança na nomenclatura dos cargos. Mais de 100 servidores participam do encontro que resultou na aprovação do encaminhamento, em caráter de urgência, da diretriz 25 ao então secretário do Tesouro, Arno Augustin. A votação teve apenas dois votos contrários e uma abstenção.

► Maio a julho

Reuniões com dirigentes da STN e

Comissão de Representantes para superar impasses internos quanto à nomenclatura dos cargos.

► 13 de agosto

Após dirigentes da Secretaria do Tesouro Nacional concordarem com uma nova consulta aos servidores, com registro em cédula durante um dia de votação, DEN se reúne com a Comissão de Representantes do Tesouro e define data para nova consulta.

► 22 de agosto

Em Assembleia Geral Extraordi-

nária (AGE) convocada pela DEN, Analistas (AFC) e Técnicos de Finanças e Controle (TFC) da STN aprovaram, com 218 votos a favor e 33 votos contrários, as mudanças previstas na diretriz 25. A votação foi realizada das 10 às 18h, ininterruptamente.

► 6 de setembro

Então secretário do Tesouro, Arno Augustin, saúda a consulta democrática à carreira, realizada pelo Sindicato, e se compromete a iniciar de imediato a articulação junto à Controladoria-Geral da União (CGU).

► 2014 14 de Janeiro

Após meses de trabalho conjunto entre CGU e STN, texto do anteprojeto de lei é concluído. A proposta contempla as denominações originalmente aprovadas no II Conacon e amplamente referendadas pelos interessados.

► 4 de abril

CGU apresenta sugestões de altera-



2014 Dezembro

ções ao anteprojeto de lei, ignorando a diretriz aprovada pela carreira.

► 9 de abril

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) referendam a diretriz 25, aprovada em 2012. O posicionamento foi formalizado com o envio dos ofícios 42 e 47/2014 à Secretaria-Executiva da CGU.

► 11 de abril

Membros da Comissão de Representantes do Tesouro afirmam não admitir retrocesso na definição da nomenclatura e atribuição dos cargos de Analista (AFC) e Técnico de Finanças e Controle (TFC) já decididos pela carreira.

► 28 de maio

O então secretário-Executivo da CGU, Carlos Higino, afirma, durante a abertura do 1º encontro do Conselho de Delegados Sindicais de 2014, que o texto do anteprojeto de nomenclatura e atribuições "já foi definido e que será

Anunciada a substituição do titular da STN, o Sindicato conversou com Arno Augustin para firmar memoriais e deixar registrado, para o sucessor, os acordos já firmados com a categoria visando a alteração da nomenclatura e atribuições dos cargos.

disponibilizado nos próximos dias para consulta de outros órgãos".

► 17 de julho

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) faz ressalvas, após analisar o anteprojeto. Unacon Sindical, CGU e STN se reúnem para trabalhar no aprimoramento dos itens destacados pela PGFN. As sugestões da DEN foram formalizadas por meio dos ofícios nº 133 e 134/2014, encaminhados à CGU e à STN, respectivamente. Considerando a MP 650/2014 e julgados

recentes de tribunais superiores, a DEN propôs a inclusão da exigência de nível superior para o ingresso no cargo de Técnico de Finanças e Controle (TFC).

► Agosto

A versão corrigida do anteprojeto de atribuições e nomenclatura é encaminhada pela STN à Diretora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da CGU.

► Dezembro

Anunciada a substituição do titular da STN, o Sindicato conversou com Arno Augustin para firmar memoriais e deixar registrado, para o sucessor, os acordos já firmados com a categoria visando a alteração da nomenclatura e atribuições dos cargos.

► 2015

2 de janeiro

Durante o discurso de posse, Valdir Simão – então ministro da CGU – comenta o projeto de alteração de nomenclatura e atribuições de Analis-

Anteprojeto



2015 28 de Janeiro

Em reunião com o então ministro da CGU, Valdir Simão, Sindicato sugere a inclusão, no anteprojeto, da exigência de nível superior para o cargo de TFC. "Até o fim de 2017, restarão apenas 43 TFCs na CGU", informou o presidente da DEN, que reforçou a cobrança pela recomposição dos quadros.

tas e Técnicos de Finanças e controle: "Eu lutarei por essa aprovação".

► 28 de janeiro

Em reunião com o então ministro da CGU, Valdir Simão, Sindicato sugere a inclusão, no anteprojeto, da exigência de nível superior para o cargo de TFC. "Até o fim de 2017, restarão apenas 43 TFCs na CGU", informou o presidente da DEN, que reforçou a cobrança pela recomposição dos quadros.

► 11 de março

Sindicato conquista apoio do novo secretário da STN, Marcelo Saintive, para aprovação do anteprojeto de atribuições e nomenclatura. Em reunião, DEN apresenta o pedido da inclusão da exigência de nível superior (NS) para o ingresso no cargo de TFC, no texto.

► 15 de julho

Em reunião com o secretário-executivo da CGU, em exercício, Francisco Bessa, representantes do Fórum Permanente de Técnicos e Finanças e Controle (TFC) cobram a revitalização

do cargo. Na ocasião, Bessa afirmou que o anteprojeto de lei de nomenclatura e atribuições "irá contribuir para a solução dos impasses existentes, com perspectivas de abertura de concurso para TFC em curto ou médio prazo".

► 17 de julho

Em reunião com a DEN, o então ministro da CGU, Valdir Simão, sugere a definição de uma data limite para o encaminhamento do anteprojeto de lei de nomenclatura e atribuições ao Ministério do Planejamento. "O anteprojeto irá promover uma melhoria do status da carreira. Isso

é importante", defende. Sindicato propõe a realização de reunião conjunta entre STN, CGU e DEN para finalizar o texto.

► 21 de julho

Em AGE no Tesouro, DEN destaca a importância de reforçar o pleito pela inclusão do anteprojeto de atribuições e nomenclatura nas negociações com o governo. "Se não aproveitarmos essa janela, corremos o risco de termos esses pleitos engavetados por mais alguns anos", afirma Marques.

► 5 de agosto

Então secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Saintive, concorda com a manutenção da mudança de nomenclatura e a exigência de nível superior para o cargo de TFC no projeto. Durante o encontro, Júlio Possas, diretor da DEN, defende a conclusão do texto. "A CGU e a STN devem convergir quando estão em jogo questões de interesse de toda a carreira".

► 7 de agosto

Em reunião, CGU, STN e Sindicato



2015 7 de agosto

Em reunião, CGU, STN e Sindicato convergem em proposta final do anteprojeto de atribuições e nomenclatura. Uchôa, vice-presidente da DEN, comemora os avanços: "A reunião de hoje foi um marco para o futuro da carreira Finanças e Controle".

convergem em proposta final do anteprojeto de atribuições e nomenclatura. Uchôa, vice-presidente da DEN, comemora os avanços: "Este consenso é fruto de um longo diálogo, que se desenrola desde 2008. A reunião de hoje foi um marco para o futuro da carreira Finanças e Controle".

► 17 de agosto

DEN convoca AGE com servidores da STN para debater a situação do anteprojeto de lei de nomenclatura e atribuições.

► 21 de agosto

Sindicato solicita inclusão das atividades de transparência e ouvidoria, no projeto. Pedido foi atendido no dia 24.

► 8 de outubro

Assessoria do então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, apresenta resistência à manutenção da mudança de nomenclatura no projeto. "Não podemos desconsiderar o histórico de discussões e a construção interna que tivemos", ponderou Marques.

► 13 de outubro

Em conversa com Tarcísio Godoy, então secretário-executivo do ministério da Fazenda, Marques pede aprovação do projeto que estava com o ministro.

► 16 de outubro

Projeto é enviado ao ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

► 11 de dezembro

Sindicato retoma negociação salarial com a SEGRT do Planejamento com a inserção dos eixos do anteprojeto no Termo de Acordo.

► 18 de dezembro

Com a falta de definição sobre o encaminhamento do anteprojeto, Felipe Leão e Márcia Uchôa se reúnem com o secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (SEGRT) do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, para insistir na inclusão dos principais eixos da proposta no Termo de Acordo das negociações salariais 2015.

► 21 de dezembro

A SEGRT do Planejamento envia minuta do Termo de Acordo ao Sindicato, contemplando apenas a alteração da nomenclatura dos cargos e a exigência de nível superior para o cargo e TFC.

► 22 de dezembro

Sindicato assina o Termo de Acordo nº25 que contempla o projeto de revitalização da carreira. A proposta foi aprovada em AGE nacional realizada pela manhã, com 89% dos votos.

► 31 de dezembro

Governo Federal envia ao Congres-



2016 19 de janeiro

Representantes das Regionais de SC, CE, SE e MG – Caetano Rossato, Edilberto Barreto, Luiz Fernando Menescal, Reonauto da Silva e Tiago Lopes – viajam a Brasília para participar, junto a DEN, de uma extensa agenda de reuniões para tratar dos projetos de lei nº 4.254 e 4.253.

so Nacional o Projeto de Lei que efetiva o acordo firmado com Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). O PL 4.254/2015 contempla a definição das atribuições para os cargos da carreira de Finanças e Controle, a transformação das nomenclaturas e a exigência de nível superior para ingresso no cargo de TFC.

► 2016

2 de janeiro

DEN trabalha na construção de entendimento aos projetos de lei nº 4.254 e 4.253 de 2015. O primeiro trata da revitalização da carreira, o segundo, prevê a inclusão do Denasus como setorial de controle interno, à revelia da necessária discussão com os servidores e com a própria CGU.

► 4 de janeiro

DEN emite nota de esclarecimento a respeito dos projetos de lei nº 4.254 e 4.253 de 2015. Inclusão de

dispositivos não tratados na mesa de negociação gerou desconforto na carreira.

► 5 de janeiro

Sindicato convoca servidores da CGU para reunião, no dia 6 de janeiro, a fim prestar esclarecimentos aos projetos de lei nº 4.254 e 4.253 de 2015.

► 6 de janeiro

"Inclusão do Denasus como setorial de controle interno prejudica

os próprios servidores da Saúde", avalia a carreira em reunião nacional. No DF, encontro foi realizado no auditório do edifício sede, às 10h30. Nos estados, por videoconferência às 15h.

► 13 de janeiro

Delegados sindicais do DF se reúnem na sede do Sindicato para discutir os projetos de lei nº 4.254 e 4.253 de 2015.

► 17 a 20 de janeiro

Representantes das Regionais de SC, CE, SE e MG – Caetano Rossato, Edilberto Barreto, Luiz Fernando Menescal, Reonauto da Silva e Tiago Lopes – viajam a Brasília para participar, junto a DEN, de uma extensa agenda de reuniões para tratar dos projetos de lei nº 4.254 e 4.253. No Dia 19, a comitiva foi recebida pelo Secretário de Fiscalização e Controle Interno (SFC), Francisco Bessa. Os delegados sindicais do DF também participaram dos encontros.

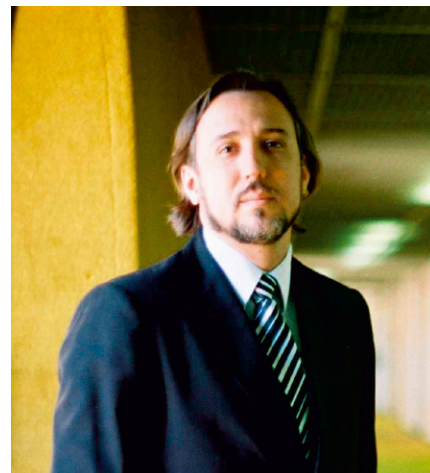
“Isonomia entre ativos e aposentados foi defendida pelo colegiado”, revela Lara

Enquanto algumas carreiras aceitaram gratificações apenas para os ativos, o CDS deliberou pela compensação no subsídio. Secretário Executivo fala sobre os bastidores dessa luta

O Unacon Sindical comemora a paridade entre ativos e aposentados na Campanha Salarial de 2015. Enquanto algumas carreiras aceitaram gratificação apenas para os ativos, o Conselho de Delegados Sindicais (CDS) deliberou pela compensação no subsídio. Em entrevista exclusiva, Daniel Lara, Secretário Executivo do Sin-

dicato, fala sobre os bastidores dessa luta.

“Com o surgimento de gratificações para as carreiras jurídicas, o Sindicato se viu diante do desafio de buscar a compensação e manter a paridade salarial. Uma luta que compramos e saímos exultantes”, conta. Confira, abaixo, a íntegra da entrevista.



De que forma o Sindicato atuou em defesa dos aposentados durante a Campanha Salarial 2015?

A defesa da integralidade e da paridade entre ativos e aposentados tornou-se uma das principais bandeiras da Campanha Salarial 2015. Com o surgimento de gratificações para as carreiras jurídicas, o Sindicato se viu diante do desafio de buscar a compensação e manter a paridade salarial. O caminho apontado pelo governo, no entanto, vinha na contramão dos interesses dos aposentados.

Qual era a proposta do governo para compensar as gratificações concedidas à carreira jurídica? Como o Sindicato rebateu essa proposta?

A primeira proposta de compensação para as demais Carreiras de Estado, em relação aos ganhos extras da área jurídica, consistia na criação de gratificações de ganhos de produtividade. Essa proposta chegou a ser cogitada pela mesa de negociação do governo, em reuniões extraoficiais, mas foi descartada pelo Conselho de Delegados Sindicais (CDS). Durante a reunião do CDS, realizada de 9 a 11 de novembro, o colegiado decidiu apresentar uma contraproposta que beneficiasse a toda a carreira. Os dirigentes formularam um novo índice que buscou acabar com a diferença de 7% que existia entre

Os Advogados Públicos da União conquistaram uma gratificação temporária apenas para servidores ativos. O acréscimo de 3 mil reais na remuneração será concedido até a regulamentação dos honorários de sucumbência, outro benefício exclusivo para ativos. Os aposentados reagiram. Juntos, fundaram o “Movimento dos Advogados Públicos Aposentados da AGU” e lançaram uma petição pública defendendo o rateio dos honorários para todos os servidores da carreira. O documento tem 1.366 assinaturas.

o topo da carreira jurídica e da carreira Finanças e Controle, chegando ao índice de 27,9% de recomposição. Apresentamos a contraproposta ao governo, que aprovou o índice em quatro parcelas.

O que o aposentado ganha com o projeto de reestruturação da carreira?

A reestruturação da carreira Finanças e Controle beneficia a todos, ativos e aposentados. A carreira alcança um novo patamar na administração pública com a mudança de nomenclatura enquanto a exigência de nível superior para técnico abre novas perspectivas para o cargo. Se aprovado, o projeto dará perspectivas a um cargo que estava próximo da extinção, visto que não havia previsão para abertura de novos concursos.

Como ficam os técnicos que não têm nível superior?

O nível superior para técnico é uma conquista indiscutível e não tem nenhum impacto negativo para servidores que já estão no cargo, visto que a exigência passa a valer aos novos ingressos. Tanto aposentados como ativos ganham com essa mudança, mesmo aqueles que não têm graduação, a partir da aprovação do projeto, serão ocupantes de um cargo de nível superior. ■



A paridade dos aposentados

Por Dalvina Macedo

A paridade dos aposentados no serviço público está garantida na Constituição Federal para quem ingressou no serviço público até a publicação da EC nº 20/1998. Esse direito foi ratificado no artigo 7º da EC 41/2003. Esses dispositivos garantem o direito à integralidade e paridade remuneratória dos aposentados.

A Proposta de remuneração diferenciada para servidores e aposentados quebra a paridade e desrespeita a Constituição Federal. Assim é inaceitável a ideia de uma proposta que fere o princípio da isonomia salarial, garantida na Carta Magna.

Propor criação de Gratificação apenas para servidores da ativa com a justificativa de que a gratificação é de produtividade é uma maneira de camuflar a quebra da paridade.

Nós, os aposentados, fomos os pilares da carreira, por décadas de lutas e labutas conseguimos transformá-la em Típica de Estado. Desta forma, é ilegal e injusto a não extensão de qualquer forma de aumento salarial que não contemple os aposentados.

A remuneração diferenciada para servidores e aposentados quebra a paridade e desrespeita a constituição. Assim, é inaceitável a ideia de uma proposta que fere o princípio da isonomia salarial, garantida na Carta Magna.

Na maioria das vezes, as despesas do servidor aposentado aumentam enquanto a sua renda permanece a mesma ou até diminui.

Quando a pessoa se aposenta, ela já está em declínio e a idade avançada traz doenças, agravante que implicam em gastos com remédios, exames, consultas, etc. Os planos de saúde cobram valores exorbitantes dos idosos e ainda alteram os valores a cada faixa de idade que o aposentado ultrapassa. A despesa com a saúde leva uma boa parte do salário do aposentado.

Precisamos lutar contra qualquer tipo de proposta na

qual os aposentados sejam discriminados e desrespeitados nos seus direitos. Para que isso aconteça teremos que contar com a força do nosso Sindicato.

É de suma importância mostrar aos governantes que aumento salarial de qualquer natureza que não beneficie os inativos é quebra de paridade, além de ser injusto com o aposentado que dedicou a maior parte de sua vida ao serviço público. ■

É tempo de debater e definir caminhos



**Congresso Nacional da Carreira
de Finanças e Controle**

n o v e m b r o - 2 0 1 6

UNACON
Sindical
SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS
E TÉCNICOS DE FINANÇAS E CONTROLE